

Os lobistas invadem o Congresso Nacional

BRASÍLIA
AGÊNCIA ESTADO

A divulgação da pauta de votação do Congresso para o período de esforço concentrado aumentou ontem o movimento dos lobistas na Câmara, que teve seus corredores invadidos por cerca de 200 militares punidos, que pediam anistia ampla na votação em segundo turno da Constituinte, e por 500 vereadores defendendo o envio pelo executivo do novo projeto que fixará os critérios de aumento de seus vencimentos, além de representantes do movimento Pró-Participação Popular na Constituinte. Para hoje, estão sendo aguardados empresários de todo o País que, liderados pela Associação Comercial de São Paulo, vão pressionar o Congresso contra o "pacote fiscal" ainda em estudos na área econômica do governo.

O trabalho dos lobistas não ficou restrito à abordagem dos líderes e dos parlamentares nos corredores e cafezinho da Câmara. Pela manhã, eles assistiram à reunião de bancada do PMDB, para conhecer antecipadamente a posição do partido em relação aos diversos assuntos em pauta.

Da rampa do Congresso, outro tipo de lobby está sendo feito por centenas de integrantes do Comitê Pró-Participação Popular na Constituinte, que defendem uma Assembleia Nacional Constituinte exclusiva e convocada somente no próximo ano. Eles são contra a emenda Walmor Giavarina e estão pressionando os parlamentares a rejeitá-la, em segundo turno, ou adiar a sua votação para o ano que vem. Os pró-participação representam 500 entidades de todo o País — da OAB, CNBB, Pastoral Operária, Pastoral da Terra, CUT, Conclat, associações estudantis e sindicatos — e prometem acampar nos gramados do Congresso durante o período de esforço concentrado.

Enquanto os militares criticavam duramente o líder do governo na Câmara, Pimenta da Veiga contrário à anistia ampla, os vereadores, contudo, estavam satisfeitos com a promessa do deputado, de elaborar uma minuta de projeto. Estabelecendo que às seus vencimentos serão fixados com base em 4% da receita efetiva do ano vigente, para ser enviado ainda hoje ao Palácio do Planalto. Eles lembraram que o projeto anterior foi vetado pelo presidente Sarney, em agosto passado.

Segundo o líder do PMDB na Câmara Municipal de Piracicaba, Rugão Sleimann, a maioria dos vereadores brasileiros está recebendo hoje salários que variam de Cr\$ 100 mil à Cr\$ 250 mil mensais. O novo critério permitirá, conforme explicou, que esses vencimentos sejam de, no mínimo, Cr\$ 600 mil mensais. "Acredito no bom senso do presidente Sarney e dos líderes do nosso partido, para

que esse projeto seja enviado ao Congresso e votado até o próximo dia 5" — disse Rugão.

O deputado Salles Leite (PDS-SP) informou, por sua vez, que centenas de médios e pequenos empresários deverão chegar hoje a Brasília para pressionar contra o pacote fiscal anunciado pelo governador. Ele explicou não conhecer ainda os pontos principais da proposta, mas que, antecipadamente, é contra o aumento da carga tributária das empresas, "que já é considerada uma das mais pesadas do mundo, superior até à de países desenvolvidos".

ANISTIA

Já a União dos Militares Não Anistiados refutou a alegação dos ministros militares, de que os marinheiros e cabos não poderiam ser anistiados, porque foram punidos por indisciplina e insubordinação, sem qualquer conotação política. Seus representantes exibiam cópia de IPMs instaurados contra 283 marinheiros e fuzileiros navais, reconhecendo como de motivação política e subversiva os atos que provocaram as suas punições.

"O que existe, na realidade, é um preconceito das elites das Forças Armadas contra o povo das Forças Armadas, que são os cabos, marinheiros e fuzileiros navais" — disse o presidente da entidade, Paulo Pereira. Ele lembrou que os oficiais envolvidos nos mesmos episódios foram perdoados em 1979 e tiveram a anistia ampliada na emenda Walmor Giavarina. "Por que essa discriminação, já que eles são tão militares como nós?" — indagou.

A ampliação da anistia está sendo tentada por meio de destaque apresentado pelo deputado Haroldo Lima (PC do B-BA), que deverá ser examinada na votação em segundo turno da emenda de convocação da anistia. Os militares cassados estão pedindo aos deputados da ala progressista do PMDB que só aprovem a Constituinte se a anistia for aceita pelo governo.

PROCURADORES

No final da tarde, mais um grupo de pressão chegou à Câmara: o da Associação Nacional dos Procuradores da República. Eles estão alertando para o risco de ser aprovado, por decurso de prazo, o Decreto-Lei nº 2.159, de 30/08/79, de autoria do ex-ministro Ibrahim Abi-Akel, da Justiça, para beneficiar o então procurador-geral da República, Inocêncio Mártires Coelho, e o então secretário-geral do Ministério da Justiça, Arthur Pereira de Castilho Neto.

A votação do Decreto-Lei, enviado ao Congresso pelo ex-presidente Figueiredo, está sendo obstruída pelo PDS. Se não for rejeitado até o final deste mês, a proposta será aprovada por decurso de prazo, segundo explicou o presidente da entidade, Alvaro Augusto Ribeiro.